



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
ANTONIO OLINTO - PR**

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**1. RELATÓRIO:**

O Presidente da Câmara Municipal encaminhou para análise dessa comissão o Projeto de Lei Complementar nº 01/2024, de autoria do Poder Legislativo, que:

*“Altera a Lei Complementar nº 03/2013, que regula o Uso e Ocupação de Solo Municipal de Antonio Olinto e dá outras providências.”*

O Projeto de Lei foi devidamente encaminhado a Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, consoante determinação do art. 99 *caput* e §3º do Regimento Interno, que exigem desta Comissão a manifestação acerca dos aspectos constitucionais e legais e bem como acerca do mérito da proposição.

É o relatório.

**2. VOTO DO RELATOR:**

A Constituição Federal conferiu a União a competência para instituir diretrizes voltadas ao desenvolvimento urbano, conforme se pode aferir do disposto no art. 21, XX da CF/88. Tal dispositivo confere competência a União para instituir diretrizes voltadas ao desenvolvimento urbano.

No mesmo sentido, o art. 182, §1º da Constituição Federal, ao fazer menção sobre a política de desenvolvimento urbano, assim prevê:

*“Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.*

*§1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.”*

Diante disso, é inconteste a competência municipal para, com participação da Câmara Municipal, propor e votar projeto que institua ou altere a Lei de uso e ocupação do solo, que é uma das normas que tratam do Plano Diretor municipal. Este plano urbanístico é responsável por ordenar o crescimento da cidade, de acordo com os recursos e especificidades de cada localidade.

Cumpra ainda mencionar que a Lei Orgânica Municipal possui regra idêntica a prevista na Carta Magna, estando, portanto, em plena consonância com esta, senão vejamos:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO - PR**

**“Art. 15.** Compete a Câmara, com sanção do Prefeito, legislar sobre matérias de competência do Município, complementando, inclusive, a legislação federal e estadual, especialmente no que se refere ao seguinte: (...)”

*XII – elaboração do plano diretor;” (...)*

**“Art. 60.** O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, será o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, feitas as desapropriações de imóveis urbanos quando necessárias, com prévia e justa indenização em moeda do País.”

Com amparo no que foi dito nas linhas acima é que a Câmara Municipal aprovou e Prefeito Sancionou a LC 03/2013, na qual é estabelecido o Plano de Uso e Ocupação do Solo.

Neste particular, denota-se que, através do PLC em análise, pretende-se realizar alterações de modo a *i)* permitir que em casos nos quais imóveis de loteamento estejam situados parte no perímetro urbano ou periurbano e parte na zona rural do Município possa ser realizado o aproveitamento da totalidade do imóvel para loteamento quando a parcela remanescente se tornar inservível, inaproveitável ou inviável o desmembramento de parcela devido esta sobra constituir em fração inferior ao módulo rural; *ii)* adequar a extensão máxima das quadras nos loteamentos, de 200 metros para 300 metros, eis que é proporcional e tende a possibilitar o melhor aproveitamento dos espaços urbanos.

Em anexo à presente proposta de alteração das normas que regem o uso e ocupação do solo no Município de Antonio Olinto, consta ata de audiência pública promovida pela Câmara Municipal em que foi discutido o assunto objeto deste projeto, ocasião em que foi oportunizado o conhecimento e a participação dos cidadãos.

Acerca do assunto, cumpre transcrever os ensinamentos da lavra de José Afonso da Silva, *in verbis*:

*“O aspecto administrativo-institucional do plano diretor é fundamental para a atuação urbanística do Município. O plano deve prever os meios institucionais necessários à sua implementação, execução, continuidade e revisão. O processo de planejamento há de ser contínuo; por isso, o plano, como seu instrumento fundamental, há de estar sempre aperfeiçoando-se. Ele “é uma arma de ação que se desenvolve e aperfeiçoa paralelamente ao próprio desenvolvimento do organismo vivo chamado cidade.”* (g.n)

Tem-se, portanto, que o Plano Diretor deve estar em permanente aperfeiçoamento de forma a acompanhar as exigências locais, devendo ser alterado sempre que suas especificações se mostrem inadequadas a realidade.

Neste norte, compulsando o PLC 01/2024, de autoria do Poder Legislativo, entende-se que o projeto em tela cumpre o requisito material para competência.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO - PR**

Outrossim, o PL em análise encontra-se apto do ponto de vista formal, haja vista que não se encontra no rol de matérias cuja iniciativa seja privativa do prefeito, consoante estabelece o art. 26 da LOM, tampouco diz respeito assuntos relacionados a administração do Município.

Noutro Vértice, é possível vislumbrar o cumprimento do que dispõe a LC 06/2013, que institui a Lei de Gestão Democrática, pois, por se tratar de projeto de alteração no Plano Diretor, e que, portanto, envolver assunto de interesse da coletividade, é obrigatória a realização de audiência pública para debater com a população e a sociedade civil organizada quaisquer alterações que venham a se realizar.

Demais disso, a estrutura do projeto obedece aos ditames da Lei Complementar nº 95/98.

Desta maneira, considero que o projeto de Lei Complementar em tela, de autoria do Poder Legislativo, reveste-se de boa forma constitucional, legal e de boa técnica legislativa, razão pela qual opino favoravelmente à sua tramitação, com a ressalva acima exposta.

Não obstante, conforme estabelecido pelo art. 99, §3º do RI, reservo-me o direito de emanar minha posição quanto ao mérito da proposição, assim entendidas a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, no momento da apreciação em plenário.

### **3. PARECER DA COMISSÃO:**

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, por unanimidade, vota no sentido de que o PLC 01/2024, de autoria do Poder Legislativo, está revestido de manifesta constitucionalidade e legalidade e que se encontra dentro das condições técnicas exigidas pela legislação, estando apto a ser submetido à apreciação do Plenário desta casa de Leis, nos termos do voto do Relator.

Antonio Olinto, 12 de junho de 2024.

**RICARDO WISNIESKI ALVES  
RELATOR**

Com o relator:

**GILCIANO MOREIRA  
PRESIDENTE**

**MARINALDO SCHIMITH LEMES  
MEMBRO**